

**10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016
Área Temática | Gênero, Democracia e Políticas Públicas**

**REINVENTANDO O ESCOPO DAS LUTAS RURAIS: CONTROVÉRSIAS E A AÇÃO DAS
MULHERES CAMPONESAS E AGRICULTORAS NO MPA E NA CONTAG**

Priscila Delgado de Carvalho¹

Departamento de Ciência Política - Universidade Federal de Minas Gerais

¹ A pesquisa que dá origem ao texto vem sendo realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

RESUMO: Ao associarem-se aos sindicatos e movimentos rurais, as mulheres vivenciam/provocam uma dupla transformação. Elas mesmas transformam-se, na medida em que se constituem como atores políticos. Ademais, a partir de sua existência política inauguram uma nova disputa no sindicalismo rural, relativa à sua presença, e os sindicatos e movimentos são transformados, na medida em que as mulheres associam novas questões, reformulam antigas e trazem novas conexões com outras atoras para as organizações.

Para discutir alguns dos efeitos que a presença das mulheres organizadas sobre discursos e práticas de movimentos e sindicatos rurais brasileiros, o artigo toma como base quatro controvérsias, identificadas a partir da análise de documentos publicados pelas mulheres ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). As controvérsias identificadas foram: 1) a controvérsia sobre a participação das mulheres nas organizações; 2) a controvérsia sobre o modelo de produção; 3) a controvérsia sobre o trabalho das mulheres e 4) a controvérsia da violência contra a mulher.

Ademais, o artigo discute a pertinência do uso da teoria do ator-rede à luz da teoria feminista, propondo adaptações a esta abordagem para a análise das ações políticas de mulheres rurais.

A observação da experiência das mulheres rurais brasileiras mostra haver diversas maneiras de agir politicamente, de definir estratégias para superar as desigualdades de gênero e de construir o feminismo entre mulheres de origem rural. Reproduzindo as diferenciações dos movimentos mistos, há mulheres identificadas como agricultoras familiares, como camponesas e como trabalhadoras rurais. Porém, nas ações e discursos dessas mulheres, muitas semelhanças são também perceptíveis: a presença do tema da violência, as disputas sobre o lugar da mulher para dentro dos grupos mistos em que se engajam e também na sociedade como um todo, a existência de uma pauta de demandas ao Estado. Neste texto, busco discutir essas semelhanças e diferenças tendo como foco as experiências das mulheres ligadas à Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) e ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O objetivo é que por meio da pesquisa, emergjam elementos que permitam perceber a diversidade de formas de construir a ação política pelas mulheres rurais.

A hipótese que orienta o artigo é de que, ao associarem-se aos sindicatos e movimentos rurais, há uma dupla transformação: 1) as mulheres transformam-se, na medida em que se constituem como atores políticos e a partir de sua existência inauguram uma nova disputa no sindicalismo rural, relativa à sua presença, 2) os sindicatos e movimentos transformam-se, na medida em que as mulheres associam novas questões, reformulam antigas e trazem novas conexões com outras atoras para as organizações. Essa hipótese é informada pela teoria do ator-rede, segundo a qual os atores (ou actantes) não existem de maneira independente, mas nas conexões – denominadas associações – que estabelecem (MOL, 2010; LATOUR, 2005; LAW, 2004). Assim, inevitavelmente, a associação das mulheres ao sindicalismo ou às organizações de movimentos sociais transformam-nas. A própria ideia de mulher não existe por si, mas é dependente das associações que cada grupo estabelece.

Esta não é, evidentemente, uma abordagem inédita. A percepção de que as mulheres configuram-se como sujeitas em sua ação política está presente em pesquisas feministas sobre mulheres rurais ligadas às mais diversas abordagens teóricas (MOTA, 2006; PIMENTA, 2013; SILVA, 2008)

Ademais, os feminismos pós-estruturalistas e das mulheres negras já apontaram para a dissolução da ideia de um sujeito mulher único e unívoco (COLLINS, 2013; HARAWAY, 1995). O que, possivelmente, a teoria do ator-rede possa trazer de diferente é sua ênfase na importância dos laços com outros atores – humanos e não humanos – para a

configuração dos atores em si e, conseqüentemente, das diferenças e semelhanças entre eles. É nessa tensão entre semelhanças e diferenças que o presente texto busca se equilibrar.

Para evitar o uso do termo ator no masculino, vou preferir, nesse texto, usar o termo actantes, com o artigo feminino. Trata-se de termo cunhado para evitar a associação entre aquele que age e a figuração humana, posto que, para esta teoria, a agência não é restrita aos seres humanos, sendo mais bem definida pela capacidade de qualquer objeto ou ser impactar o curso das ações (LATOURETTE, 2005).

Metodologia: entre atores-rede e o feminismo

Utilizando a teoria do ator-rede como base para observar a ação de mulheres camponesas e agricultoras familiares, ficou evidente que o gênero dos atores não seria, a princípio, uma questão colocada para esta teoria. Porém, dadas as inúmeras convergências teóricas e epistemológicas entre a TAR e o trabalho de feministas como Stengers e Haraway, também não seria o caso de descartá-la diretamente. Afinal, a TAR fornece ferramentas metodológicas interessantes para “abrir caixas-pretas” e para compreender a agência, sobretudo em situações de transformação (GARDEY, 2010). Foi necessário questionar, então, se faria sentido um olhar sensível ao gênero nessa teoria e de que maneira isso poderia se traduzir na pesquisa.

O principal questionamento das feministas à TAR reside na sua falta de ênfase na crítica – o que, para as pessoas interessadas na superação das opressões de gênero, mas também de classe e étnico-raciais, é uma limitação grave (GARDEY, 2010).

A questão para a TAR não é de onde vêm as atividades dos atores, mas para onde elas vão: “os efeitos são cruciais”, defende Mol. “A pesquisa explora os méritos e inconvenientes de diferentes modos de ordenação e, com isso, de diferentes modos de coordenação”, defende (MOL, 2010, p.264). O objetivo da investigação, nessa abordagem, é tornar visíveis, perceptíveis, efeitos específicos. De acordo com Mol, os estudos de caso não têm como objetivo confirmar achados ou encontrar padrões, mas buscar casos que contrastem com outros; adicionar camadas, enriquecer o repertório” (MOL, 2010, p.264). Com isso, cabe agregar, o que faz a teoria é contribuir para “dar existência” a coisas, pessoas, relações e grupos que, sem a pesquisa, têm mais chance de ser mantidos silenciados.

Entendo que cabe argumentar aqui, em favor da TAR, que as assimetrias de poder não estão ausentes dessa teoria. O que elas jamais serão é o ponto de partida. Porém, elas

podem emergir nas narrativas como consequência da ação, sempre apresentando-se de forma situada em contingente. Ou podem, ainda, ser trazidas para as redes de associações pelos próprios agentes pesquisados, posto que é uma teoria atenta à capacidade crítica dos atores, em diálogo com Boltanski e Thévenot (2006), que colocam no centro de suas análises as práticas e competências dos atores. O ponto de vista que interessa, para eles, é mais o do ator do que o do pesquisador (GARDEY, 1010, p.209).

As actantes aqui pesquisadas – mulheres camponesas e agricultoras – trazem, exaustivamente, a questão das diferenças, das dificuldades de acesso a lugares de poder, da necessidade de organizar-se para superar assimetrias – sem esses empecilhos, grupos subalternos não precisariam organizar-se para agir politicamente, pois teriam acesso direto ao poder, como têm grupos hegemônicos e dominantes. Assim, a crítica às estruturas opressoras está presente nas suas associações – com teóricos marxistas e pós marxistas, com feministas, com outros movimentos sociais. Para segui-las – como sugere o método da TAR – é necessário passar pelas assimetrias que marcam a existência política dessas mulheres. Além disso, apesar das reticências da TAR para a identificação das opressões a priori, uma boa descrição precisa dar conta das opressões resultantes das interações – ainda que contingentes e localizadas, e portanto menos generalizáveis do que se encontraria em uma teoria com um viés crítico exposto. Para desenvolver essa possibilidade, no próximo item volto-me especificamente para como uma pesquisa que articulou TAR e estudos de gênero trouxe questionamentos importantes para ambas teorias.

Já o silêncio sobre a posição dos pesquisadores/as, me parece, esse sim, um problema que não se pode resolver internamente à TAR, sendo necessária a incorporação das reflexões feministas sobre saberes localizados (HARAWAY, 1995), como já aponta Law (2004), que incorpora à sua versão da teoria do ator-rede alguns conceitos cunhados por Haraway (1995): o “ator material-semiótico”, a objetividade fruto do saber localizado e a parcialidade das conexões estabelecidas por pesquisadores e pesquisadoras.

Apoiado em Haraway, Law ressalta que não apenas atores, mas também pesquisadores estão igualmente inseridos em “densas *redes materiais-semióticas*”, isto é, “somos apanhados em conjuntos de relações que simultaneamente têm a ver com significados e materiais. Estamos enredados em nossa carne, nossas versões de visão, nas relações de poder que passam por e são articuladas por nós. Então, imparcialidade é impossível” (Law, 2004, p.69), contrapondo-se frontalmente aos empiricistas e positivistas.

Em outra vertente da TAR, mais próxima à metodologia da cartografia das controvérsias, Latour e Venturini trabalham com a ideia de uma “objetividade de segundo

grau”. Não dialogam com o conceito de saberes localizados, de Haraway, mas com outro conceito feminista, o do ponto de vista – mais próximo às abordagens feministas marxistas, segundo Anderson (2015)². No entendimento de Latour, no entanto, o ponto de vista é algo facilmente modificável: basta mudar de lugar que o ponto de vista também se altera. A possibilidade de múltiplos pontos de vista depende menos de quem olha e mais do próprio objeto, ao qual Latour sempre busca retornar.

No presente texto, uso as controvérsias³ como maneira de me aproximar dos debates das mulheres rurais, mas me afasto da abordagem de Latour e Venturi sobre a objetividade, aproximando-me de Haraway e Law. Não pretendo cartografar as controvérsias mudando de um ponto de vista para outro, e sim observar como cada grupo de mulheres, a partir de suas posições relacionadas às organizações das quais participam – e que, ao cabo, são também associações a essas organizações – representam e constroem as controvérsias que marcam sua atuação. Da mesma forma, não pretendo ser uma observadora neutra, por consciente de que esta é uma leitura parcial e localizada – pela minha formação, pelo meu contato localizado com o tema, pela abordagem teórica e pelas restrições de tempo de pesquisa e tamanho do relato em forma de texto.

Em síntese, parto de controvérsias que identifiquei a partir da análise de documentos produzidos pelas mulheres da Contag – em especial, suas pautas políticas apresentadas ao poder público no ano de 2015 e, também, publicações do período 2015-2016 que tratam das estratégias e prioridades dos grupos (CONTAG, 2015; MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015; MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2015; TAVARES; COSTA; FAGUNDES, 2016) leitura desses documentos foi orientada por trabalhos acadêmicos sobre os grupos e por duas entrevistas - uma com três integrantes da secretaria nacional do MPA e outra com

2 Anderson (2015) define teorias do ponto de vista como aquelas que “reivindicam representar o mundo a partir de uma perspectiva particular socialmente situada que pode estabelecer uma afirmação de privilégio ou autoridade epistêmica”. Sua versão feminista afirma o privilégio epistêmico a partir das relações de gênero e defende o ponto de vista das mulheres. Tal abordagem difere daquela do saber localizado na medida em que a última questiona a possibilidade de afirmações universais sobre mulheres, gênero ou patriarcado e duvida de pontos de vista coesos e de perspectivas epistemicamente privilegiadas relativas à subalternidade.

3 Na abordagem teórico-metodológica aqui adotada, a sociedade não é algo que está pronto, independente da ação. Ela é, ao contrário, formada por conjuntos de elementos heterogêneos associados e que podem recompor-se por meio de novas associações. O trabalho de pesquisa é o de rastrear tais associações, segui-las. Elas ficam especialmente visíveis quando há controvérsias – situações de disputas – nas quais actantes precisam explicitar suas posições (Venturini, 2010, Latour, 2008). A preocupação com a conformação da sociedade faz sentido para o estudo da política na medida em que ela gera efeitos nas organizações e nas instituições políticas. A ação das mulheres altera ambientes e sujeitos, em um processo relacional, pode chegar a afetar as categorias por meio das quais os grupos se inserem em sua ação política, as estratégias e as prioridades.

a secretária de mulheres da Contag, ambas realizadas em junho de 2016.⁴ Trata-se de análise parcial, incompleta e limitada, que busca aproximar-se da maneira como as próprias atoras representam as controvérsias que criam e nas quais se inserem.

As controvérsias das mulheres no MPA e na Contag

Em busca de compreender, mesmo que parcialmente, quem são essas mulheres que se constituem na ação a partir de sindicatos e organizações de movimentos sociais e das transformações por elas provocadas nesses grupos, trabalho nas páginas a seguir com quatro controvérsias:

- 1) a controvérsia sobre a participação das mulheres nas organizações
- 2) a controvérsia sobre o modelo de produção
- 3) a controvérsia sobre o trabalho das mulheres
- 4) a controvérsia da violência contra a mulher. Estas não são, certamente, todas as controvérsias nas quais as mulheres rurais estão envolvidas – há, por exemplo, diversas outras relativas a políticas pública.

1) A controvérsia sobre a participação das mulheres nas organizações

As categorias de identificação utilizadas pelos grupos rurais organizados em sua atuação política são temas de amplo debate, seja pela academia, seja pelos próprios grupos. Essas categorias não são naturais e nem isentas de questionamentos, o que se expressa no fato de os grupos, por vezes, optarem por associar-se a novas identificações em determinados momentos. A menção aos debates teóricos e políticos que constituem tais categorias reforça a percepção, já apontada por Law (2004), que as teorias e identificações têm agência sobre o mundo, conformando-o.

Qual sindicalismo? Quais agricultoras familiares?

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) foi criada pelo governo João Goulart em 1964 para ser órgão nacional de representação dos trabalhadores rurais, agregando federações estaduais e sindicatos municipais. Na década de 1990, e em um contexto de crise e reformulação do sindicalismo rural, o grupo, sem deixar totalmente de lado a identificação como trabalhadores, passa a priorizar a categoria de agricultores

4 As entrevistas foram concedidas por Jozelita Tavares, Denilva Araujo e Flavia Costa Beneira, (MPA) e Alessandra Lunas (Contag), em junho de 2016. A interpretação das conversas e a separação dos temas em controvérsias são, porém, de minha inteira responsabilidade, incluindo eventuais problemas nessa sistematização.

familiares, que por sua vez passa a informar as políticas públicas para esta população, com a instituição de linhas de crédito por meio do Pronaf – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PICOLOTTO, 2007; ROSA, 2010). Por meio do Pronaf, diversas categorias socioeconômicas que utilizam o trabalho familiar e possuem modos diferenciados de existência social vão sendo integradas ao conceito: extrativistas, pescadores, silvicultores, ribeirinhos e remanescentes de quilombos (NEVES, 2005).

Nesse período a Contag desenvolve também seu Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural – de depois ganha o sustentável e o solidário no título e a sigla PADRSS. Após o Pronaf, e em especial após 2003 com a chegada do PT ao governo federal, a demanda ao Estado por políticas públicas voltadas para essa população tornam-se a marca da atuação da Contag.

Os relatos sobre a organização de camponeses e trabalhadores rurais no país, desde a década de 1950, pouco falam sobre a presença e participação das mulheres nesses processos. Ainda assim, sabe-se que as mulheres envolveram-se, por exemplo, nas mobilizações para assegurar licença maternidade para trabalhadoras rurais e que cavaram espaços para atuação

As diretorias, amplamente ocupadas pelos homens, eram responsáveis pela gestão das ações, enquanto cabia às mulheres a função de auxiliares (secretárias, auxiliares de dentistas), ou seja, eram as responsáveis pelas ações assistenciais. As mulheres não podiam se associar. Eram dependentes dos pais ou esposos. Por estas “brechas”, entraram nos sindicatos e, gradativamente, foram ocupando outros espaços, desestabilizando assim, papéis construídos historicamente e culturalmente. (SILVA, 2008, p.59 ou 60)

A construção da presença das mulheres nesse universo sindical rural foi longa, como já apontaram, sempre a partir de um olhar feminista, Abramovay e Silva (2000), Pimenta (2013) – que reconstruiu a inserção das mulheres na Contag a partir da análise dos anais dos congressos da entidade --- e Silva (2008) – que revisitou a construção da Marcha das Margaridas e seus impactos políticos--, além de publicações da própria Contag (CONTAG, 2003). Entre a década de 80 e o momento atual, as agricultoras familiares conquistaram o direito à sindicalização, secretarias de mulheres nos sindicatos, federação e em sua confederação nacional. Estabeleceram inicialmente cotas de 30% para as mulheres em atividades e cargos de direção e, nos anos recentes, chegaram à definição pela paridade entre homens e mulheres em cargos de direção – o que, na prática, ainda é um objetivo perseguido, mais do que uma conquista estabilizada. Nos debates de avaliação e

planejamento de estratégias da Contag em 2015, as mulheres apresentam preocupações com a construção de estratégias para garantir paridade e combater discriminação e violência, recursos (criação de um fundo) e estratégias de formação (CONTAG, 2015).

Não é possível, aqui, retomar os meandros dessa rica trajetória, mas é possível ressaltar que, para existirem como trabalhadoras rurais ou agricultoras familiares e comecem a ter voz no sindicalismo rural, as mulheres tiveram que estabelecer a questão da sua participação como um tema, uma polêmica, uma controvérsia. A conquista das secretarias de mulheres - com representantes eleitas, estrutura física, recursos para viagens, projetos, assessorias, é o efeito material mais visível dessas controvérsias.

Foi estabelecendo essas questões e disputando definições coletivas sobre elas – sobretudo ao longo dos onze Congressos Nacionais da Contag – que as mulheres começaram a sair da invisibilidade e conquistaram a menção explícita à sua existência. Atualmente, a entidade nomeia seu Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e identifica-se como Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, discute a situação de trabalhadores e trabalhadoras da terceira idade. Versões semelhantes são encontradas para a identificação como agricultores e agricultoras familiares.

Porém, o impacto das mulheres na identificação não termina aí. Em 2000, superando o ceticismo dos dirigentes homens, as mulheres organizam a 1ª Marcha das Margaridas⁵, reunindo 20 mil mulheres em Brasília sob o lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. As manifestações em Brasília encerravam um amplo processo de discussão em estados e municípios e apresentavam demandas ao Estado para promoção da igualdade de gênero – o modelo foi repetido outras vezes e a Marcha das Margaridas chegou à sua 5ª edição em 2015, com 400 propostas organizadas por regiões, identidades – quilombolas, indígenas, extrativistas, temas – agroecologia, violência, etc. Isso porque a Marcha não reúne apenas as mulheres filiadas à Contag. Em uma estratégia de angariar apoios mais amplos para sua pauta, as mulheres da Contag estão à frente do processo, mas caminham juntas com diversas outras organizações – fortalecendo-se mutuamente. A Marcha reforça conexões estabelecidas desde a década de 1980 com a Secretaria de Mulheres da CUT, com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com a Marcha Mundial de Mulheres – que ao lado da Contag compõem a coordenação da Marcha das Margaridas, entre outras (Silva, 2008). Nas duas últimas edições, a Marcha esteve também articulada ao GT de mulheres da Articulação Nacional de

5 Silva (2008) revisita a construção da Marcha das Margaridas e analisa suas pautas.

Agroecologia (ANA).

A Marcha das Margaridas vem contribuindo significativamente para dar visibilidade às diferenciações que existem no interior da categoria de agricultores e agricultora. As primeiras edições da Marcha trabalhavam com “trabalhadoras rurais do campo e da floresta”. A edição mais recente, de 2015 incluiu também as mulheres “das águas”. Além disso, em várias passagens dos documentos são citadas as “diferentes identidades” que compõem as mulheres agricultoras: “jovens, de terceira idade, mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco, assentadas da reforma agrária, assalariadas rurais, agricultoras familiares, camponesas” (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p.3).

A denominação que insiste em deixar aberta a diversidade de identificações das agricultoras é, evidentemente, fruto da estratégia política que levou à construção da Marcha das Margaridas. Desde a primeira edição, o sucesso da estratégia repercutiu internamente, na ampliação do respeito às intervenções das mulheres nos Congressos da Contag a partir de 2001 (Pimenta, 2013, p.166). A repercussão, porém, foi também externa e, entre as conquistas da Marcha, figuram o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, a titulação conjunta obrigatória das terras da reforma agrária, acesso a crédito, inclusão de gênero na política de assistência técnica, políticas e ações de enfrentamento à violência. (IPEA, 2013).

Qual movimento? Quais camponesas?

O MPA nasce em 1996, no Sul do país, em um período de fortes perdas para agricultores e com demandas de crédito e de compensações pela seca. O Brasil vivenciava a emergência de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o movimento sindical passava por questionamentos e reformulações. Pouco depois, o MPA assume protagonismo em pautas de habitação rural; outros temas, como seguro agrícola, reforma agrária, saúde, previdência, controle de preços, agricultura ecológica, alimentos saudáveis e mudança do modelo tecnológico aparecem já nas primeiras pautas.

Em 2003, uma segunda fase do movimento tem início com a formulação do Plano Camponês, que passa a orientar sua atuação, sendo definido como um plano estratégico para o campesinato e como “um projeto de desenvolvimento para o país, pensado, elaborado e executado pelo campesinato” (COSTA, 2014, p. 92). Neste processo, o MPA passa a assumir uma identificação como camponês – não mais de pequeno agricultor ou agricultor familiar. O Plano Camponês reúne um conjunto de conceitos – cunhados pelo MPA

e seus apoiadores e parceiros, ou adaptados por ele, e em constante debate e transformação – que passam a orientar a atuação do movimento: soberania alimentar (mas também energética, genética, e hídrica – desdobramentos do conceito adotado pela Via Campesina), alimergia, sistemas camponeses de produção, agroecologia, terra e território, serviços socioambientais camponeses e cultura camponesa (CADONÁ, 2004).

Em livro sobre experiências produtivas das mulheres no MPA, de 2016, elas identificam as diferentes inserções das mulheres em 4 fases⁶: no início do movimento, as mulheres já eram lideranças nas comunidades e “ajudaram” o processo de consolidação do grupo; na 2ª fase, quando o movimento busca melhorias para a vida das famílias camponesas – crédito, moradia, seguro, preços mínimos, as mulheres participam de debates, mobilizações e algumas negociações. Na 3ª fase, de criação do Plano Camponês, o movimento como um todo percebe a necessidade de envolvimento de “toda a família” na organização – o que significa envolver as mulheres e jovens, cuja entrada no discurso coletivo se dá, portanto, pela via da família. A família camponesa, nos documentos do movimento, aparece como formada por de mulheres, homens, jovens, crianças, pessoas idosas. É nessa fase que se organiza um seminário de gênero e ganha força o debate sobre garantir a presença das mulheres. Nela, também, o movimento assume o 8 de março como dia de lutas. Por fim, na fase atual o grupo afirma que a mudança do modelo de agricultura depende de transformações no modelo de sociedade: “Mudar a sociedade implica ter um modelo diferenciado de agricultura, mas também um novo padrão de relações sociais. Não basta transformar as estruturas, se também não transformarmos as relações entre as pessoas” (MEURER; RAMALHO; KRAUSER, 2016).

Para dentro do movimento e no interior do campesinato, as publicações e falas das mulheres trabalham – de forma similar ao que encontramos na Contag- o tema da participação política e do fim da violência, da submissão econômica, exploração e opressão de gênero (ibid., p.13). As mulheres conquistaram presença crescente nos 3 encontros do movimento e chegaram ao 1º Congresso Nacional com participação paritária, uma assembleia no primeiro dia e uma mesa durante o congresso. Construíram também as condições para a presença de mulheres nas direções estaduais e nacional. Realizaram dois encontros nacionais de gênero e uma escola feminista- em geral, com menor participação

⁶São as próprias mulheres do MPA que vêm fazendo o esforço de reconstruir suas trajetórias, em textos preparatórios para o 1º Congresso Nacional (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2015) e na publicação de livro sobre suas experiências produtivas (TAVARES; COSTA; FAGUNDES, 2016).

dos homens que o esperado, mas sempre com a estratégia de incorporá-los às atividades em busca de transformações em suas práticas opressivas. Há no grupo preocupação com formação política das mulheres mas, também, dos homens, sobre temas de gênero. Na mesma linha, a aposta do MPA foi de construir um coletivo de gênero – e não apenas de mulheres.

Em 2008, é realizado o 1º Encontro Nacional de Mulheres Camponesas do MPA – o “encontro das 40”, que reúne mulheres de 16 estados. A partir deles, elas assumem o 8 de março como marco anual de luta e organização: momento de encontro, de visibilidade das pautas, de debater a sociedade machista e patriarcal e o modelo de sociedade (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2015, p. 11). A partir do encontro, intensifica-se a formação política nos estados, debate de paridade nas instâncias do MPA (direções nacionais e estaduais) e de condições para participação política – cirandas, horários das reuniões, etc.

O 8 de março de 2015 foi um marco na organização das mulheres do MPA, pois levou à 1ª equipe de negociação da pauta nacional do movimento em Brasília formada somente por mulheres camponesas. A ruptura não ocorreu sem fortes tensões com os ativistas homens, mas o resultado final foi uma intervenção coerente, bem debatida entre as participantes e socializada com o restante do movimento. Na apresentação de sua pauta, as mulheres associam-se a “sonhos e rebeldias”, mas também a objetos: “sementes, alimentos, terra, água, biodiversidade e vida para defender a liberdade, a soberania, a autonomia contra o ataque feroz e sanguinário do capital e do agronegócio” (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA), 2015, p. 2)

Em termos de associações, no primeiro momento as mulheres do MPA, que já trazem associações com sindicatos rurais onde aproximaram-se dos debates de gênero, associam esse debate também ao MPA, e por meio deles constituem-se como um grupo específico e visível no movimento. Elas colocam em pauta, no grupo, a opressão específica que vivem pelo fato de serem mulheres. Discutem as tarefas que lhes são destinadas e, por meio delas, a divisão sexual do trabalho. Pouco depois, já nos anos 2000, elas estabelecem relações com outras atoras – de movimentos parceiros por meio da Via Campesina – e por meio delas com temas como transgênicos e agrotóxicos e da soberania alimentar. No início de 2001, durante o 1º Fórum Social Mundial, o MPA participa das atividades da Via Campesina e as mulheres do movimento, ao lado de outras ativistas da Via, têm papel proeminente na ocupação da área de experimentos da transnacional Monsanto, fabricante de agrotóxicos e sementes *terminator* e de soja transgênica. Em 2010, o MPA incorpora a

campanha “Basta de Violência contra as mulheres”, da Via Campesina, para as atividades nacionais. Nesse encontro, as mulheres trazem para a agenda do movimento o tema dos agrotóxicos e deli sai uma campanha contra os agrotóxicos que, rapidamente, agrega atores da Via Campesina Brasil e outros parceiros como a Fiocruz e universidades, tornando-se uma campanha nacional que vai, depois, ser assumida internacionalmente pela Via Campesina. Atualmente, o MPA vem discutindo internamente a ideia de “feminismo camponês popular”, uma construção da Via Campesina.

Duas trajetórias – Para existirem no movimento sindical rural as mulheres precisaram, inicialmente, identificar e denunciar as práticas de opressão que permitiam aos homens mantê-las afastadas das estruturas de organização sindical. Elas associaram-se aos debates sobre o lugar da mulher por meio de interlocuções com outras mulheres – já organizadas na CUT, movimentos feministas, outros movimentos sociais e ONGs. Aos poucos, por meio de suas estratégias, conseguiram avançar na conquista de espaços no interior das estruturas do MPA e da Contag.

Na Contag, associando-se com outras mulheres, criaram um novo actante, a Marcha das Margaridas, que passou a ter agência no mundo à medida que estabeleceu associações que levaram a respostas do poder público em termos de políticas públicas para as mulheres. Nesse processo, não apenas associaram as trabalhadoras e agricultoras, no gênero feminino, às categorias de identificação do sindicalismo rural brasileiro, como vêm atuando no sentido de abrir essas categorias de forma que, em suas práticas e documentos, esteja expressa a diversidade de mulheres: jovens, de terceira idade, mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco, assentadas da reforma agrária, assalariadas rurais, agricultoras familiares, camponesas.

As mulheres do MPA, apesar de serem um grupo criado nos anos 1990, enfrentam desafio semelhante para existirem no movimento. Não há registro de restrições para sua filiação – como ocorria no movimento sindical – mas sua presença nos cargos de direção também precisou ser tematizada, questionada, transformada em controvérsia para ganhar existência. O efeito desse debate é a presença das mulheres na direção do movimento. No MPA, as estratégias das mulheres abraçam com mais força o debate de gênero – uma tentativa de trazer os homens para o debate das relações. Desde 2008, elas vêm adotando o 8 de março como momento de apresentação anual de suas pautas – a associação à data, como dia de luta e não de comemoração estabelece uma conexão com lutas mais amplas pelos direitos das mulheres.

2) A controvérsia sobre o modelo de produção

Com origens, trajetórias políticas e formatos institucionais distintos, não é de se estranhar que MPA e Contag tenham formas diferentes de representar e de questionar os modelos de produção agrícola hegemônicos. Ambos coletivos organizam boa parte de suas estratégias a partir da forma como compreendem as controvérsias mais amplas em que estão inseridos, daí a relevância dessa controvérsia. Nesta seção, faço uma caracterização, bastante esquemática, de como ela está organizada no MPA e na Contag, a partir de documentos publicados em 2015. Trata-se, portanto, de leituras temporalmente situadas, parciais e específicas mas que, acredito, permitem uma visão geral.

MPA: modo de produção capitalista X sistemas camponeses de produção.

No documento analisado, a caracterização da agricultura capitalista e da agricultura camponesa é dicotômica: ressalta-se os problemas da primeira e os benefícios da segunda. Assim, o modo de produção capitalista é definido pela Revolução Verde, que impõe aos camponeses a especialização na produção de monoculturas atrelada a um pacote tecnológico: raças e variedades híbridas, transgênicas e clonais, mecanização, adubação química. O modelo é difundido com apoio do Estado, via instrumentos de crédito e assistência técnica. Trata-se do avanço do agronegócio sobre territórios do campesinato que, para sobreviver, precisa estar incluído nas grandes cadeias produtivas, controladas por grupos econômicos transnacionais. Nesse modelo, pequena parte da produção é consumida ou beneficiada nas unidades camponesas, que viram “empregados das empresas”. Esse modelo é responsabilizado pelas crises de produção e abastecimento, mudanças climáticas, doenças crônicas relacionadas à alimentação com aditivos químicos, alta demanda energética. E priva os camponeses de acesso a recursos essenciais como água, mercado, terras, escolas, atendimento à saúde, e gera migração.

As camponesas ressaltam que, nesse modelo, “a mulher se dedica ao trabalho doméstico e casal considera que renda da lavoura pertence ao homem, que decide o que fazer com o dinheiro”. O modelo também difunde preconceitos contra camponeses (Jeca Tatu, ignorante, sem futuro) que têm consequências sobre as mulheres jovens.

Uma imagem é usada, no texto, para sintetizar a diferença. A lavoura, no sistema camponês, é o espaço de brincadeiras da infância, um lugar frequentado pelas crianças e lúdico. Já a lavoura capitalista é ambiente inóspito, de acesso controlado e portador de

graves riscos à saúde das crianças.

Já os sistemas camponeses de produção, por sua vez, não tem o protagonismo do agronegócio, mas do campesinato, entendido como classe social, sujeito político, com modo de ser e viver específicos que trazem respostas às crises. São característicos dessa forma de produzir o que o MPA denomina “sistemas camponeses de produção”: baseados no policultivo, na integração animal e vegetal e na produção autônoma de insumos. Este é um modelo de produção de alimentos saudáveis – contraposição ao veneno dos agrotóxicos – com respeito à natureza, geração de trabalho e renda, produção de energia a partir da biomassa. Ali existem também experiências de resgate e conservação de sementes crioulas. A comercialização, longe das grandes cadeias de lojas, é realizada em feiras livres, mercados populares e para programas públicos de aquisição de alimentos.

A leitura das mulheres do MPA sobre essa controvérsia associa a ela um novo elemento. O modelo camponês permite “maior integração do trabalho feminino na produção” - porém, mesmo nesse caso, o problema da dupla jornada também precisa ser enfrentado. (CITAR). Na pauta do 8 de março de 2015, aparecem efeitos específicos do modo capitalista de produção sobre as mulheres; “Sabemos que em tempos de crise a cobrança e a conta vêm para as costas da classe trabalhadora e principalmente das mulheres. A pauta do grande capital é sempre perda de direitos, violência, envenenamento, genocídios e tudo isso acirram o processo de violência contra as mulheres” (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA), 2015, p. 2)

Contag: desenvolvimento capitalista e patriarcal X desenvolvimento sustentável

Na caracterização, também dicotômica, das mulheres da Contag em 2015, o desenvolvimento capitalista patriarcal é entendido como aquele que privilegia a concentração de terra, renda e riquezas, gerando pobreza e desigualdade. Fruto da aliança do latifúndio com o agronegócio e setores financeiros e industriais, este modelo tem sua expressão na monocultura, na intensa exploração de recursos naturais, na superexploração do trabalho. Provoca concentração e estrangeirização da posse da terra e aumento o seu preço, o que a torna ainda menos acessível aos agricultores e incentiva conflitos por sua posse e a violência no campo. A agricultura capitalista é empregada pacotes de alta tecnologia, com insumos químicos, agrotóxicos, sementes transgênicas e maquinário. É dependente de fortes investimentos públicos, inclusive por meio de grandes projetos desenvolvimentistas que têm impactos sobre meio ambiente e populações, que são expulsas do campo. Este modelo causa devastação de florestas e de outros bens comuns, privatização e controle

pelo mercado dá água, da biodiversidade. Em suma, mercantiliza bens da natureza.

À exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, é somada a opressão e subordinação das mulheres, reforçando uma cultura patriarcal na qual as mulheres sofrem maior exclusão, alcançam maiores índices de pobreza e condições de vida cada dia mais difíceis. O discurso das mulheres da Contag enfatiza exploração do trabalho, inclusive o trabalho escravo. Os agrotóxicos afetam de maneira mais grave aos assalariados e assalariadas rurais, que não têm autonomia sobre formas de execução do trabalho. Trata-se, por fim, de um rural visto a partir do urbano.

De forma oposta, o desenvolvimento sustentável proposto pelo movimento sindical rural brasileiro é centrado na vida humana, no respeito ao meio ambiente, na diversidade racial, étnica, geracional e cultural e na autodeterminação dos povos. Ele busca a garantia da soberania e da segurança alimentar, o fortalecimento da agricultura familiar, uma reforma agrária ampla e massiva, o desenvolvimento local – fortalecendo espaço rural em sua diversidade econômica, social, cultura e política. Trata-se de desenvolvimento sustentável e solidário, que requer políticas públicas para assegurar qualidade de vida, proteção social, educação, saúde, previdência, trabalho com relações justas. A justiça para as mulheres, nesse modelo, requer a sua autonomia econômica, política e pessoal.

Duas trajetórias - No MPA e na Contag, as mulheres reformulam as pautas de seus movimentos à medida que estabelecem novas associações para as questões. Ambas trazem, cada uma a seu modo, a questão da autonomia econômica das mulheres para o debate do modelo de desenvolvimento. No caso do MPA, elas adicionam à controvérsia sobre modelo de produção o trabalho doméstico – que passa a existir –, questionam a prática de considerar a renda da lavoura como pertencente ao homem. Trazem também as crianças – e a lavoura com espaço de brincadeiras – para a controvérsia da produção.

As mulheres da Contag, logo de saída, incluem o patriarcal na caracterização do desenvolvimento capitalista. Associam, a ele, a subordinação das mulheres e sua maior exclusão, que tem como efeito a pobreza e condições de vida mais difíceis que a dos homens. Vale notar também a ênfase na soberania alimentar – conceito que é trazido pelas mulheres ao discurso da Contag, por meio de suas conexões com debates pela segurança alimentar e em suas conexões internacionais. Por fim, uma diferença marcante entre as pautas da Contag e do MPA é o fato de essa última enfatizar a questão de trabalhadores/as – pelo trabalho escravo, contaminação de agrotóxicos, superexploração do trabalho.

3) a controvérsia sobre o trabalho das mulheres

O trabalho das agricultoras familiares

Vencer as desigualdades no mundo do trabalho, na vida familiar e na política são desafios colocados para as mulheres agricultoras familiares – que atingem de forma diferenciada as mulheres negras, as jovens, as mulheres da terceira idade. Reconhecer, valorizar e fazer justiça ao trabalho das mulheres requer

tornar público e questionar a intensa jornada de trabalho das mulheres, reconhecer a importância dos trabalhos realizados nas esferas da produção e da reprodução da vida. É preciso, ainda, que os trabalhos domésticos e de cuidados sejam reconhecidos como uma responsabilidade a ser compartilhada com toda a família e o Estado, além de considerarmos e valorizarmos os trabalhos de militâncias nas comunidades, sindicatos e movimentos como parte fundamental para o pleno funcionamento da sociedade. (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 4)

Para tanto, a pauta comum da Marcha das Margaridas de 2015 defende ações do poder público, tais como a criação de redes regionais de comercialização, efetivação da assistência técnica para grupos de mulheres e seus produtos específicos, acesso das mulheres ao projeto quintais produtivos e a previsão de espaços para eles no Programa Nacional de Habitação Rural, políticas de incentivo à produção agroecológica, bancos e casas de sementes crioulas, conservação de recursos genéticos locais, adequação de normas sanitárias, acesso de mulheres extrativistas às terras, redução de uso de agrotóxicos. Na área de educação, as demandas passam por creches para crianças e educação infantil, para possibilitar inclusão produtiva e autonomia econômica das mulheres, envolvimento das jovens com o intuito de maior integração à família e a sucessão rural. Com condições diferenciadas para acesso das mulheres jovens a institutos federais e ensino técnico agropecuário, são outros temas as mulheres da Contag, por meio das Margaridas, se associam.

O trabalho das camponesas

No MPA, em 2015, a pauta do trabalho aparece em itens como comercialização e um item inteiro dedicado à produção de leite. A comercialização está bastante ligada aos programas de compras públicas, em especial do Programa de Aquisição de Alimentos, em cuja implementação o MPA envolveu-se com muita força desde a última década. Solicitam expansão e adaptações no programa. A pauta da previdência, reivindicação presente desde o início do movimento, traz preocupação com medidas que possam retirar direitos “conquistados pela classe trabalhadora”. Diversos itens tratam de melhoria, ampliação e desburocratização dos serviços de atendimento – uma delas refere-se a agrotóxicos, tema

ao qual, como vimos, as mulheres do MPA associam-se com muita ênfase: “Ampliação da lista de enfermidades consideradas para auxílio-doença para além da que é utilizada atualmente, tendo em vista que nos últimos anos, os trabalhadores têm sido acometidos por problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos.” Há, por fim, uma demanda por ampliação do período de salário-maternidade de 4 para 6 meses. Duas pautas citam dívidas: prorrogação de lei que abate as dívidas dos camponeses e fim da execução de hipotecas de terras de camponeses, considerada inconstitucional.

Há um item inteiro dedicado ao leite – demanda vinda dos estados do Sul do país e que, segundo as mulheres da Secretaria Nacional do MPA, reflete o protagonismo das mulheres nessa área: são elas que acordam cedo e vão cuidar do leite, ainda que o retorno do trabalho fique com os homens. As pautas tratam de um selo de “leite social” identificando produtos da agricultura familiares e facilitando acesso a financiamento, compras institucionais e incentivos fiscais. São demandas subsídios, prorrogação de prazos para pagamento de dívidas e, em vários itens, adequação da legislação para as condições de produção de pequenos agricultores.

Duas trajetórias - A questão do trabalho está fortemente relacionada com as possibilidades de produção rural. As diferentes ênfases conferidas às especificidades do trabalho das mulheres expressam as opções feitas em cada movimento, ligadas aos objetivos do momento e às relações com outros atores e grupos.

Questionadas sobre a pouca presença de demandas que pudessem ser consideradas específicas das mulheres, as lideranças da secretaria do MPA em Brasília explicaram que as experiências de trabalho das camponesas estava sim presente, por meio da priorização dos temas, que foi construída por meio de um processo de reuniões locais e estaduais. Sobretudo, a estratégia de trabalhar com pautas gerais fez parte da intenção das mulheres em assumir as negociações nacionais do movimento em 2015, que buscava demonstrar a capacidade das mulheres para a tarefa de negociação política – superando a diferenciação segundo a qual as mulheres, mesmo no trabalho de secretaria nacional, acabavam ficando mais com as atividades técnicas e administrativas, enquanto os homens tomavam a frente nos processos de negociação política.

5) A controvérsia da violência contra a mulher

A pauta da violência segundo o MPA

Em 2015, as demandas do MPA para enfrentamento à violência contra mulheres tratam da implementação e melhoria de políticas públicas, de forma geral. Solicitam, especialmente, criação do conselho do direito das mulheres em todos os municípios, a criação de estruturas de atendimento e acolhimento (centros de referência em atendimento às mulheres com equipes de apoio psicológico e jurídico e juizados especializados em violência doméstica, delegacias da mulher com atendimento 24h, casas para abrigar as mulheres), além de políticas de apoio (auxílio financeiro por 1 ano, prioridade no acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida às mulheres vítimas de violência doméstica).

A pauta da violência segundo a Contag

Enfrentar a violência contra mulheres é o eixo estratégico das pautas centrais da Marcha das Margaridas de 2015, que destaca a necessidade de medidas estruturantes, políticas públicas articuladas e recursos, considerando o protagonismo das mulheres. Entre as iniciativas específicas, constam a demanda por um fundo nacional, formado por multas das sentenças condenatórias, a ser aplicado na manutenção de casas de abrigo para vítimas de violência domésticas e reembolso dos gastos da seguridade social no apoio a essas mulheres. A pauta trata de ampliação e consolidação da rede de atendimento, campanhas específicas e sistemas de informação sobre violência.

Trajetórias similares – esta é, possivelmente, a controvérsia representada de forma mais similar entre os dois grupos que estamos observando aqui. As pautas apresentadas em 2015 indicam a existência de um marco legal sobre o tema, mas sobretudo a necessidade que ele seja efetivado e transformado em políticas públicas que de fato protejam as mulheres das situações de violência às quais continuam a ser, repetidamente, submetidas. As políticas previstas precisam existir, as existentes precisam melhorar. A pauta da Contag reforça a preocupação com o financiamento para a área, enquanto a do MPA enfatiza as condições para que as mulheres saiam das situações de violência em que se encontram.

Considerações finais

Ao longo do texto, articulando abordagens da teoria do ator-rede e feministas, busquei descrever como mulheres rurais brasileiras representam as controvérsias nas quais se inserem e que transformam com sua presença. Trata-se de uma maneira de usar a linguagem das controvérsias e da composição do mundo pelos atores, sem deixar de perceber que o próprio entendimento das controvérsias depende da localização e das associações das actantes.

Para existirem como sujeitas políticas, as mulheres rurais brasileiras precisaram transformar em controvérsias questões que, sem sua ação, simplesmente não existiriam, tais como a ausência das mulheres nos espaços de sindicatos e movimentos e nas suas direções e coordenações. Como grupo, elas vinculam-se a diferentes movimentos, organizações não governamentais e setores governamentais (inclusive políticas públicas), nesse trabalho de estabelecer controvérsias, fortalecer sua posição por meio de articulações e, constantemente, disputar a possibilidade mesma de expressar-se.

Nesse trabalho contínuo, as mulheres não apenas incluem temas que as afetam nas pautas dos movimentos mistos, mas também modificam os temas com os quais os movimentos já trabalhavam – associando-os a novas questões.

Ao buscar descrever as diferentes trajetórias desenvolvidas pelas mulheres do MPA e da Contag, o intuito aqui não foi comparar os caminhos ou avaliar sua efetividade, mas ressaltar as múltiplas possibilidades de ação política que vêm sendo construídas pelas mulheres rurais brasileiras.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. DA. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag). In: ROCHA, M. I. B. (ORG). (Ed.). . **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34. ABEP, NEPO/Unicamp e Cedeplar/UFMG, 2000. p. p.347–366.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On justification. Economies of Worth**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- CADONÁ, C. V. **Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA: o novo nasce nas estradas**. [s.l.] Unijuí - Universidade REgional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.
- COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought**. [s.l: s.n.]. v. 53
- CONTAG. **CONTAG 40 Anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo**. Brasília: Contag, 2003.
- CONTAG. **4a. PNTTR- Avaliação e recomendações para temas centrais e plano de lutas**. Brasília: [s.n.].
- COSTA, M. J. **Construção do Plano Campones: experiências de políticas públicas de desenvolvimento para o campo brasileiro**. [s.l.] Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2014.
- GARDEY, D. Bruno Latour, guerre et paix: tours et détours féministes. In: CHABAUD-RYCHTER, D. et al. (Eds.). . **Sous les sciences sociales, le genre**. Paris: La Découverte,

2010. p. 203–216.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **cadernos pagu**, v. 5, p. 07–41, 1995.

IPEA. Igualdade de gênero. In: **Boletim de Políticas Sociais- acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2013.

LATOUR, B. **Reassembling the Social**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAW, J. **After Method. Mess in social science research**. New York: Routledge, 2004.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **A voz das Margaridas por políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas** Brasília, 11 e 12 de agosto, 2015.

MEURER, L. D.; RAMALHO, A. I. M.; KRAUSER, R. R. A rajetória histórica das mulheres no Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e suas contribuições ao Plano Camponês. In: **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. Ed. Expres ed. São Paulo: [s.n.]. p. 11–18.

MOL, A. VS Verlag für Sozialwissenschaften VS Verlag für Sozialwissenschaften. **Zeitschrift für Soziologie**, v. 50, n. 1, p. 253–269, 2010.

MOTA, M. D. DE B. Margaridas nas ruas. As mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: IN: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B. . M. (Ed.). . **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA - Ministerio do Desenvolvimento Agrario, 2006. p. 356p.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Caderno de Estudos n.2 - I Congresso Nacional do MPA**. [s.l: s.n.].

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). **Pauta Nacional 2015 Mulheres em luta: pela Soberania alimentar, contra a violência e o agronegócio**, 2015.

NEVES, D. P. Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista NERA**, v. 8, n. 7, p. 68–93, 2005.

PICOLOTTO, E. L. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil : novas identidades e novas dinâmicas. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 60–77, 2007.

PIMENTA, S. D. C. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, E. M. DA; SOARES, L. B. (Eds.). . **Políticas públicas e formas societárias de participação**. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2013. p. 153.

ROSA, M. Para além do MST: O impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, M. (Ed.). . **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 461–447.

SILVA, B. G. DA. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. [s.l.]

Universidade de Brasília, 2008.

TAVARES, J.; COSTA, J.; FAGUNDES, M. **Diversidade produtiva das mulheres do MPA.**
São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2016.